

Estatutos da Federação Académica de Medicina Veterinária

CAPÍTULO I

Princípios Gerais

Artigo 1º

Denominação, âmbito e sede

1. A Federação Académica de Medicina Veterinária, adiante designada por FAMVet, também reconhecida por *Portuguese Academic Federation of Veterinary Medicine*, é a organização representativa das Associações Académicas e Estruturas Estudantis (AAEE) das escolas de Medicina Veterinária do país que nela estão federadas.
2. A FAMVet é uma organização privada, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, que se rege pelos presentes estatutos.
3. A FAMVet tem sede na cidade do Porto, na Rua de Jorge Viterbo Ferreira, nº 228, Edifício A, Piso 4.

Artigo 2º

Princípios fundamentais

1. À FAMVet presidem, entre outros, os seguintes princípios:
 - a) Democraticidade – pressupõe o direito à participação e o respeito pelas decisões tomadas maioritariamente;
 - b) Independência – implica a não submissão a partidos políticos, organizações estatais, religiosas, ou quaisquer outras que, pelo seu carácter, impliquem a perda de independência dos estudantes envolvidos ou dos seus órgãos representativos;
 - c) Autonomia – nomeadamente na elaboração dos respetivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos órgãos dirigentes, na gestão e administração do seu património e na elaboração dos planos de atividades;
 - d) Representatividade – a FAMVet representa e defende os interesses das AAEE nela federadas, de acordo com o previsto nestes estatutos;
 - e) Voluntariado – o trabalho associativo desempenhado na FAMVet é voluntário, não sendo passível de remuneração ou qualquer outro tipo de gratificação.
2. A FAMVet deverá promover o estabelecimento de consensos alargados em todas as suas decisões.
3. A FAMVet respeita em absoluto a autonomia própria de cada AAEE federada, não interferindo nos seus assuntos internos.
 - a) A FAMVet poderá pronunciar-se acerca de problemas próprios de cada estabelecimento de ensino de uma AAEE federada, apenas com o acordo da mesma.

Artigo 3º
Objetivos

A FAMVet terá, entre outros que os seus membros venham a definir, os seguintes objetivos:

1. Incentivar a adesão à federação de todas as AAEE de Medicina Veterinária do país;
2. Representar as AAEE federadas e defender os interesses que estas definam como seus;
3. Fomentar o desenvolvimento das AAEE federadas;
4. Estimular a participação e garantir a representação nacional e internacional das AAEE federadas nos vários fóruns de interesse para as suas instituições;
5. Pronunciar-se sobre política educacional e de juventude em geral e promover iniciativas que fomentem a discussão de temas de interesse estudantil, nomeadamente quanto a questões pedagógicas, apoio social escolar, saídas profissionais, entre outras;
6. Promover o debate e pronunciar-se sobre os assuntos relacionados com a educação e profissão Médico-Veterinária;
7. Fomentar o espírito de união, solidariedade e convívio dos estudantes de Medicina Veterinária promovendo a realização de actividades de carácter cultural, desportivo ou recreativo;
8. Promover a formação científica dos estudantes de Medicina Veterinária do país, nomeadamente através da organização de estágios clínicos e de investigação;
9. Sensibilizar os seus membros para as obrigações sociais, éticas e morais;
10. Divulgar a sua actividade a nível nacional e internacional visando a extensão da sua ação.

Artigo 4º
Sigla e símbolo

A Federação Académica de Medicina Veterinária é representada unicamente pela sigla FAMVet e simbolizada pelo seguinte logótipo:

CAPÍTULO II

Membros

Artigo 5º
Definição

São membros de pleno direito da FAMVet as AAEE das escolas de Medicina Veterinária do país que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

1. gozem de personalidade jurídica;
2. representem os estudantes de uma instituição ou curso de Medicina Veterinária de acordo com os termos da lei nº 23/2006, de 23 de Junho;
3. tenham sido admitidas na federação em Assembleia Geral da FAMVet;
4. cumpram o disposto no artigo 9º destes estatutos.

Artigo 6º

Admissão

1. Poderão ser admitidas como membros da FAMVet todas as AAEE das escolas de Medicina Veterinária do país que o solicitem devidamente,.
2. O pedido de admissão na federação deve ser assinado pelos representantes legais da AAEE que requer a qualidade de membro e entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FAMVet, acompanhado da documentação comprovativa das condições previstas no artigo 5º.
3. Todos os pedidos de admissão deverão ser sujeitos a apreciação e votação em sede de Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, considerando-se aprovados se obtiverem maioria qualificada de dois terços da totalidade dos membros .

Artigo 7º

Destituição

Perde a qualidade de membro da federação qualquer AAEE que:

1. Solicite a sua desvinculação mediante comunicação escrita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FAMVet, o qual incluirá na ordem de trabalhos da Assembleia Geral subsequente a formalização da destituição do membro;
2. Deixe de cumprir as suas obrigações estatutárias e/ou regulamentares ou atente contra os interesses da federação, cabendo essa decisão à Assembleia Geral por aprovação da destituição do membro por maioria qualificada de dois terços da totalidade dos membros, em reunião expressamente convocada para o efeito.

Artigo 8º

Direitos

Constituem direitos dos membros da federação:

1. Participar nas Assembleias Gerais e discutir todos os assuntos de interesse para a prossecução dos objetivos da FAMVet;
2. Propor, eleger e credenciar elementos para os órgãos dirigentes da FAMVet;
3. Participar em todas as iniciativas organizadas pela FAMVet e usufruir de todas as regalias que a mesma possa proporcionar, nos termos dos regulamentos aplicáveis;
4. Nomear para as delegações a eventos nacionais e internacionais elementos representantes da sua AAEE, em articulação com os órgãos dirigentes da FAMVet;
5. Consultar toda a documentação pertencente à FAMVet, a qual deverá ser disponibilizada pelos seus órgãos dirigentes num prazo máximo de 30 dias após a sua solicitação.

Artigo 9º

Deveres

Constituem deveres dos membros da federação:

1. Cumprir os presentes estatutos e demais regulamentos da FAMVet;
2. Colaborar e contribuir para a prossecução dos objetivos e execução do programa de atividades e demais iniciativas da FAMVet;
3. Participar ativamente nas Assembleias Gerais e atividades da FAMVet;
4. Respeitar as decisões tomadas maioritariamente em sede de Assembleia Geral da FAMVet;
5. Pagar uma quota anual de acordo com o artigo 12º;
6. Promover a imagem e as atividades da FAMVet junto dos seus associados.

CAPÍTULO III

Financiamento e Património

Artigo 10º

Receitas e despesas

1. São receitas da FAMVet:
 - a) As quotizações pagas pelos seus membros;
 - b) As receitas próprias resultantes da atividade da federação;
 - c) Os apoios financeiros concedidos por entidades oficiais e demais proveitos resultantes de subsídios, donativos ou apoios concedidos por outras entidades, públicas ou privadas.
2. São despesas da FAMVet todas as despesas previstas no orçamento ordinário aprovado em sede de Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito e todas as que se vierem a aprovar em orçamentos retificativos.
3. Todas as receitas e despesas só serão reconhecidas caso tenham um registo bancário próprio e prova documental das mesmas.

Artigo 11º

Plano de atividades e orçamento

1. Anualmente, até 30 dias após a sua tomada de posse, a Direção da FAMVet deve apresentar à Assembleia Geral, em sede de Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, o plano de atividades e o orçamento para o seu mandato.
2. Ao longo do mandato, a Direção da FAMVet pode submeter à aprovação da Assembleia Geral propostas de alteração relativas ao plano de atividades e orçamento, designadamente sob a forma de orçamentos retificativos, que entrarão em execução após aprovação em sede de Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.

Artigo 12º

Quotas

1. O valor da quota anual deve ser proposto pela Direção no início do seu mandato e definido em sede de Assembleia Geral na reunião de apresentação do plano de atividades e orçamento.

2. O regime de pagamento das quotas assim como as penalizações aplicadas em caso de incumprimento no seu pagamento deverão constar de um Regulamento de Quotas elaborado pela Direção e posto à aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

Órgãos

SECÇÃO I

Generalidades

Artigo 13º

Definição

São órgãos da FAMVet:

1. A Assembleia Geral;
2. A Mesa da Assembleia Geral;
3. A Direção;
4. O Conselho Fiscal e Disciplinar;

Artigo 14º

Mandato

1. O mandato dos elementos eleitos para os órgãos dirigentes da FAMVet é de um ano e inicia-se no dia da sua tomada de posse em sede de Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.
2. Não é permitida a acumulação de cargos nem a representação cumulativa dentro da federação ou nas suas atividades por um mesmo indivíduo.

Artigo 15º

Regimentos ou regulamentos internos

1. Todos os órgãos dirigentes da FAMVet devem elaborar e apresentar à Assembleia Geral um regimento ou regulamento interno no prazo de 30 dias após a sua tomada de posse em reunião expressamente convocada para o efeito.
2. Os regimentos ou regulamentos internos dos diferentes órgãos têm de ser aprovados em Assembleia Geral por maioria qualificada de dois terços dos membros presentes.
3. As disposições regimentais ou regulamentares devem obedecer aos presentes estatutos.

Artigo 16º

Quórum

1. Os órgãos dirigentes da FAMVet só podem funcionar em primeira convocatória quando estiver presente a maioria absoluta dos seus elementos com direito a voto.
2. Em segunda convocatória, os órgãos funcionarão desde que se assegure a presença de metade do número de elementos, podendo esta ocorrer aquando da primeira convocatória desde que entre ambas se verifique meia hora de intervalo.
3. À falta de quórum, a reunião será adiada até nova data a definir

Artigo 17º

Maioria exigível nas deliberações

As deliberações nos órgãos dirigentes são tomadas por maioria absoluta dos votos dos elementos presentes nas reuniões salvo nos casos em que, por disposição dos presentes estatutos, se exija maioria qualificada ou seja suficiente maioria relativa.

Artigo 18º

Formas de votação

1. As deliberações nos órgãos dirigentes são tomadas por votação de braço no ar, salvo disposição ou solicitação em contrário.
2. São tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam a apreciação de elementos, desempenhos ou qualquer outro assunto que possa ser constringente.

Artigo 19º

Empate de votação

1. Em caso de empate na votação, os presidentes dos órgãos dirigentes têm voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efectuado por escrutínio secreto.
2. Havendo empate na votação por escrutínio secreto, proceder-se-á a novo período de discussão e nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte, na qual será suficiente a maioria relativa.

Artigo 20º

Atas

1. De cada reunião dos órgãos dirigentes da federação deverá ser lavrada uma ata que contará em resumo tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os elementos presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.
2. As atas são lavradas pelos secretários dos órgãos dirigentes e postas à apreciação de todos os seus elementos no final de cada reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e o secretário.

3. Nos casos em que o órgão dirigente assim o delibere, a ata poderá ser aprovada, em minuta, logo na reunião a que disser respeito.
4. As deliberações dos órgãos dirigentes só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respectivas atas ou depois de assinadas as minutas nos termos do disposto no número anterior.

Artigo 21º

Declaração de voto e registo no ato do voto vencido

1. Qualquer elemento de um órgão dirigente da federação poderá solicitar, sempre que o desejar, a inclusão na ata das reuniões de uma declaração de voto.
2. Qualquer elemento de um órgão dirigente da federação poderá fazer constar da ata das reuniões o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
3. Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem o registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.
4. Quando se trate de pareceres a dar a outros órgãos dirigentes da federação, as deliberações serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

SECÇÃO II

Assembleia Geral

Artigo 22º

Definição

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da FAMVet.

Artigo 23º

Composição e representatividade

1. A Assembleia Geral é constituída por todas as AAEE federadas, as quais se farão representar nas reuniões por elementos dos seus órgãos dirigentes por si designados.
2. Podem participar nas Assembleias Gerais da FAMVet:
 - a) Todos os dirigentes associativos das AAEE federadas com mandatos em vigência desde que devidamente credenciados;
 - b) Todos os elementos eleitos para os órgãos dirigentes da FAMVet com mandatos em vigência;
 - c) Elementos de grupos de trabalho ou comissões organizadoras nomeadas pelos órgãos dirigentes da FAMVet quando convidados a participar pela Mesa da Assembleia Geral;
 - d) Qualquer outro elemento que, pelas suas capacidades técnicas ou manifesto interesse para a FAMVet, seja convidado a comparecer por uma AAEE federada ou por um órgão dirigente da federação, ou assim o solicite.
3. Nos termos do disposto na alínea a) do número anterior, os dirigentes associativos das AAEE federadas que pretendam participar nas Assembleias Gerais da FAMVet deverão entregar à Mesa da Assembleia Geral antes do início das reuniões uma credencial individual, feita por

escrito, em papel timbrado, assinada por dois elementos da respetiva AAEE que não eles próprios e devidamente carimbada, acompanhada de uma fotocópia da ata de tomada de posse e do seu documento oficial de identificação.

4. No caso do disposto nas alíneas c) e d) do nº 2 do presente artigo, a participação dos elementos considerados nas Assembleias Gerais da FAMVet fica sujeita à justificação da sua presença pela Mesa da Assembleia Geral.
5. Apenas têm direito a voto as AAEE federadas.
6. Cada AAEE federada tem direito a um voto.

No caso de faltas a assembleias gerais, as AAEE federadas sujeitam-se a penalizações segundo o regulamento interno da Assembleia Geral.

8. Caberá à Assembleia Geral, por decisão de dois terços dos membros presentes, revogar as consequências do disposto no nº 7 do presente artigo.

Artigo 24º

Funcionamento

1. O processo de convocação da Assembleia Geral cabe à Mesa da Assembleia Geral e deverá ser conforme ao disposto no ponto 3 do artigo 27º destes estatutos.
2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente quatro vezes por ano para:
 - a) Tomada de posse dos órgãos dirigentes da federação;
 - b) Apresentação, discussão e votação do plano de atividades e orçamento da Direção eleita;
 - c) Apresentação, apreciação e votação do relatório de atividades, contas e demais atos da Direção cessante e parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar;
 - d) Eleição dos novos órgãos dirigentes da FAMVet.
3. A Assembleia Geral reúne com carácter extraordinário sempre que necessário, cumprindo-se o disposto no nº 3 do artigo 27º.
4. Em situações extraordinárias a Assembleia Geral pode ser convocada a pedido de:
 - a) A Mesa da Assembleia Geral da FAMVet;
 - b) A Direção da FAMVet;
 - c) O Conselho Fiscal e Disciplinar da FAMVet;
 - d) Um terço dos membros da federação.
5. As deliberações providas da Assembleia Geral devem ser tomadas em harmonia com a lei e os presentes estatutos, cumprindo-se o disposto no artigo 16º.
6. Ao se verificar um empate na votação em Assembleia Geral, nova discussão é iniciada, seguindo-se a esta nova votação. Se novo empate se registar, não há tomada de posição.

Artigo 25º

Competências

Compete à Assembleia Geral:

1. Definir a política de fundo e linhas de orientação estratégica da FAMVet;

2. Deliberar sobre quaisquer assuntos respeitantes à FAMVet nos termos do artigo 3º destes estatutos;
3. Eleger os elementos dos órgãos dirigentes da FAMVet;
4. Apreciar e votar os regimentos ou regulamentos internos dos órgãos dirigentes da FAMVet;
5. Apreciar e votar o Regulamento Eleitoral da FAMVet elaborado pela Mesa da Assembleia Geral;
6. Apreciar e votar o Regulamento de Quotas da FAMVet elaborado pela Direção;
7. Apreciar e votar o Regulamento Disciplinar da FAMVet elaborado pelo Conselho Fiscal e Disciplinar;
8. Apreciar e votar o plano de atividades e orçamento da Direção, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar, em reunião expressamente convocada para o efeito;
9. Apreciar e votar o relatório de atividades e contas da Direção, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal e Disciplinar, em reunião expressamente convocada para o efeito;
10. Apreciar as atividades da Direção;
11. Deliberar sobre a admissão ou destituição de membros de acordo com o disposto nos artigos 6º e 7º destes estatutos;
12. Deliberar sobre sanções a aplicar aos seus membros ou titulares de cargos eleitos da federação;
13. Dissolver os demais órgãos dirigentes da FAMVet e destituir os seus titulares em caso de grave violação dos estatutos ou atitudes altamente lesivas dos interesses da federação por maioria qualificada de dois terços da totalidade dos membros;
14. Apreciar e votar os pedidos de demissão dos elementos eleitos dos órgãos dirigentes da federação que lhe sejam remetidos;
15. Nomear uma mesa *ad hoc* provisória entre os presentes no caso de destituição, demissão ou falta de comparência da Mesa da Assembleia Geral;
16. Nomear uma comissão provisória de gestão da FAMVet no caso de destituição ou demissão da Direção;
17. Deliberar, por sua iniciativa ou proposta da Direção, sobre a criação de grupos de trabalho ou comissões organizadoras especializadas, decidindo o seu âmbito, composição e duração;
18. Discutir e aprovar o regulamento interno, plano de atividades e orçamento dos grupos de trabalho ou comissões organizadoras;
19. Dissolver os grupos de trabalho ou comissões organizadoras;
20. Definir, sob proposta da Direção, o valor da quota anual por maioria qualificada de dois terços dos membros presentes;
21. Nomear os representantes da federação nas instituições em que a FAMVet tenha assento;
22. Regulamentar matérias particulares destes estatutos;
23. Rever e alterar os presentes estatutos em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito;
24. Dissolver a FAMVet em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.

SECÇÃO III

Mesa da Assembleia Geral

Artigo 26º

Composição

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
2. A composição da Mesa da Assembleia Geral deverá preferencialmente assegurar uma representação equilibrada das AAEE federadas.

Artigo 27º

Competências

Compete à Mesa da Assembleia Geral, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser atribuídas:

1. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o seu regimento ou regulamento interno no prazo de 30 dias após a sua tomada de posse em reunião expressamente convocada para o efeito;
2. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral um regimento ou regulamento interno da Assembleia Geral no prazo de 30 dias após a sua tomada de posse em reunião expressamente convocada para o efeito;
3. Convocar a Assembleia Geral, por correio electrónico, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis no caso das reuniões ordinárias ou 72 horas para reuniões extraordinárias e providenciar os meios necessários à sua realização;
 - a) Da convocatória constarão obrigatoriamente a data, a hora, o local, o carácter (ordinário ou extraordinário) e a ordem de trabalhos da reunião;
4. Anexar à convocatória da Assembleia Geral todos os documentos necessários para a preparação e o decorrer da reunião;
5. Verificar a existência de quórum no início dos trabalhos e durante as votações;
6. Dirigir e moderar a Assembleia Geral;
7. Assegurar o bom andamento dos trabalhos e garantir que não haja entradas nem saídas no decurso das votações;
8. Receber todas as propostas, requerimentos e declarações e colocá-los à discussão e votação quando necessário;
9. Lavrar as atas das reuniões e submetê-las a aprovação pela Assembleia Geral;
10. Fazer cumprir as decisões tomadas em Assembleia Geral;
11. Elaborar o Regulamento Eleitoral da FAMVet e submetê-lo à Assembleia Geral para ratificação em reunião expressamente convocada para o efeito;
12. Deliberar sobre a elegibilidade dos candidatos aos órgãos dirigentes da FAMVet e conformidade das listas candidatas;

13. Dar posse à nova Mesa da Assembleia Geral, que dará posse aos novos órgãos dirigentes, como seu primeiro ato.

Artigo 28º
Responsabilidades

Cada elemento da Mesa da Assembleia Geral é pessoalmente responsável pelos seus atos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas em conjunto com os restantes elementos da Mesa da Assembleia Geral.

SECÇÃO IV

Direção

Artigo 29º
Composição

1. A Direção é composta por um número ímpar de elementos, no número mínimo de 7, entre os quais um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, sendo os restantes elementos vogais, cujas competências constam do regulamento interno da Direção.
2. A composição da Direção deverá preferencialmente assegurar uma representação equilibrada das AAEE federadas.

Artigo 30º
Competências

1. A Direção é, para todos os efeitos legais, o órgão executivo e de administração da FAMVet.
2. Compete à Direção, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser atribuídas:
 - a) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o seu regimento ou regulamento interno no prazo de 30 dias após a sua tomada de posse em reunião expressamente convocada para o efeito;
 - b) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o plano de atividades e o orçamento para o seu mandato no prazo de 30 dias após a sua tomada de posse em reunião expressamente convocada para o efeito;
 - c) Elaborar e entregar ao Conselho Fiscal e Disciplinar um inventário do património da federação no início e outro no fim do seu mandato;
 - d) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório de atividades e de contas do mandato em reunião expressamente convocada para o efeito;
 - e) Elaborar relatórios intercalares de atividades e contas a pedido de qualquer outro órgão dirigente da FAMVet;
 - f) Elaborar o Regulamento de Quotas da FAMVet e submetê-lo à Assembleia Geral para ratificação em reunião expressamente convocada para o efeito;

- g) Debater todos os assuntos julgados relevantes para a FAMVet;
- h) Orientar a sua atuação com vista à prossecução dos objetivos da FAMVet;
- i) Coordenar todo o programa de ações e atividades da federação;
- j) Cumprir o plano de atividades aprovado e executar todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral;
- k) Representar ou fazer representar a federação e os seus membros;
- l) Manter contacto permanente com organizações nacionais e internacionais de interesse para a FAMVet;
- m) Elaborar e apresentar relatórios de participação em fóruns ou atividades nacionais ou internacionais de relevante interesse para a prossecução dos objetivos da FAMVet;
- n) Administrar o património da federação;
- o) Garantir a viabilidade económico-financeira da federação, sendo a responsável por toda a gestão financeira da FAMVet;
- p) Fazer os pedidos de subsídios às entidades competentes;
- q) Disponibilizar os meios necessários ao funcionamento dos restantes órgãos dirigentes e estruturas formais da FAMVet;
- r) Prestar todos os esclarecimentos aos membros acerca da sua atividade sempre que isso lhe seja solicitado.

Artigo 31º

Responsabilidades

Cada elemento da Direção é pessoalmente responsável pelos seus atos e pela salvaguarda dos valores pertencentes à federação e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas em conjunto com os restantes elementos da Direção.

SECÇÃO V

Conselho Fiscal e Disciplinar

Artigo 32º

Composição

1. O Conselho Fiscal e Disciplinar é composto por um membro designado por cada AAEE federada, num número equivalente ao total de AAEEs federadas.
2. O Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar é eleito pelo conjunto dos seus membros, na sua primeira reunião.

Artigo 33º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal e Disciplinar, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser atribuídas:

1. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o seu regimento ou regulamento interno no prazo de 30 dias após a sua tomada de posse em reunião expressamente convocada para o efeito;
2. Zelar pelo cumprimento processual de todos os mecanismos estatutários, regulamentadores e normativos da FAMVet, no estrito respeito pela lei em vigor;
3. Advertir os restantes órgãos dirigentes da federação ou os seus membros de qualquer contravenção aos estatutos;
4. Fiscalizar genericamente todas as atividades dos restantes órgãos dirigentes e demais estruturas formais da FAMVet, nomeadamente toda a movimentação financeira da federação;
5. Verificar a conformidade dos inventários elaborados pela Direção;
6. Informar a Assembleia Geral no prazo máximo de oito dias sempre que detecte irregularidades;
7. Dar parecer fundamentado sobre o plano de atividades e orçamento elaborado pela Direção no início do seu mandato;
8. Dar parecer fundamentado sobre o relatório de atividades e contas elaborado pela Direção no fim do seu mandato;
9. Dar parecer fundamentado sobre o Regulamento de Quotas elaborado pela Direção;
10. Elaborar pareceres sempre que lhe for solicitado por qualquer membro ou outro órgão dirigente da FAMVet;
11. Elaborar o Regulamento Disciplinar da FAMVet e submetê-lo à Assembleia Geral para ratificação em reunião expressamente convocada para o efeito;
12. Instruir processos disciplinares com base em queixas ou por sua iniciativa de acordo com o Regulamento Disciplinar.

Artigo 34º

Responsabilidades

Cada elemento do Conselho Fiscal e Disciplinar é pessoalmente responsável pelos seus atos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas em conjunto com os restantes elementos do Conselho Fiscal e Disciplinar.

CAPÍTULO V

Eleições

Artigo 35º

Especificação

As disposições do presente capítulo aplicam-se à eleição dos titulares de cargos na Mesa da Assembleia Geral e na Direção da FAMVet, adiante designados por cargos eleitos.

Artigo 36º
Generalidades

1. A eleição dos órgãos dirigentes da federação realizar-se-á anualmente na última Assembleia Geral ordinária do mandato, a qual deve ser expressamente convocada para o efeito com o mínimo de 30 dias de antecedência e realizada no último trimestre do ano civil.
2. Os órgãos dirigentes são eleitos em lista fechada por sufrágio universal, directo e secreto de todos os membros efectivos da FAMVet sendo necessária a maioria absoluta dos votos expressos, excluindo-se os votos brancos e nulos.
3. A eleição recai sobre listas de indivíduos e não sobre AAEE, sendo, no entanto, da competência destas a credenciação dos elementos das listas.

Artigo 37º
Elegibilidade

1. São elegíveis para os órgãos dirigentes da FAMVet todos os estudantes de Medicina Veterinária inscritos nas instituições de base das AAEE nela federadas desde que devidamente credenciados pela sua AAEE.
2. Nenhum candidato poderá figurar como candidato em mais do que uma lista.
3. Nenhum candidato poderá concorrer a mais do que um dos cargos eleitos.
4. Não podem ser candidatos estudantes que tenham pertencido previamente a órgãos dirigentes da FAMVet nos quais, no entender da Assembleia Geral, tenham faltado às suas competências.

Artigo 38º
Processo eleitoral

1. Compete à Assembleia Geral definir o calendário e convocar o ato eleitoral em reunião expressamente convocada para o efeito.
2. Todo o processo eleitoral fica sujeito às normas regulamentares definidas no Regulamento Eleitoral da FAMVet elaborado pela Mesa da Assembleia Geral e aprovado em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.
3. Após a entrega e aprovação das listas candidatas pela Mesa da Assembleia Geral o processo eleitoral será conduzido e fiscalizado pela comissão eleitoral.

Artigo 39º
Comissão eleitoral

1. Todo o processo eleitoral será fiscalizado por uma comissão eleitoral nos termos previstos pelos presentes estatutos.
2. A comissão eleitoral é composta pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral em funções e por um representante de cada lista.

3. O presidente da comissão eleitoral será o presidente da Mesa da Assembleia Geral.
4. A comissão eleitoral reunirá no dia imediato ao fim do prazo para a entrega de listas mediante convocatória do presidente.
5. Em caso de empate nas deliberações da comissão eleitoral, o presidente decidirá com voto de qualidade.
6. Compete à comissão eleitoral:
 - a) Divulgar as listas candidatas no dia imediato à aprovação das mesmas pela Mesa da Assembleia Geral;
 - b) Promover a apresentação formal pelos candidatos aos cargos eleitos dos seus programas de ação para melhor esclarecimento das AAEE federadas;
 - c) Nomear os moderadores do debate entre os candidatos aos cargos eleitos;
 - d) Fiscalizar a legalidade do processo eleitoral e do ato eleitoral garantindo a todas as listas concorrentes um tratamento idêntico;
 - e) Encarregar-se da impressão dos boletins de voto;
 - f) Decidir de todas as reclamações apresentadas;
 - g) Arquivar todos os documentos relativos ao processo eleitoral;
 - h) Fazer o escrutínio imediatamente após a votação e divulgar os resultados logo que os apure.

Artigo 40º ***Tomada de posse***

1. Os novos órgãos dirigentes da federação devem tomar posse, em sessão pública, até 10 dias úteis após a sua eleição.
2. A posse é conferida pelo presidente da Mesa de Assembleia Geral em funções de acordo com o disposto no ponto 13 do artigo 27º.
3. Na impossibilidade da comparência do presidente da Mesa da Assembleia Geral, a posse é conferida por um dos restantes elementos da Mesa ou, em última instância, pela Direção vigente.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 41º ***Alteração aos estatutos***

1. A decisão de abertura do processo de alteração dos presentes estatutos pode ser tomada pela Assembleia Geral ou pela Direção da FAMVet depois de decorridos seis meses desde a data da sua publicação legal e entrada em vigor.
2. O processo de alteração dos presentes estatutos é público e a sua organização é da competência da Mesa da Assembleia Geral.

3. Caso se julgue necessário, pode ser constituída uma comissão estatutária nomeada em sede de Assembleia Geral.
4. Compete à comissão estatutária fazer uma revisão cuidada dos presentes estatutos, preparar e apresentar à Assembleia Geral propostas de alteração.
5. Todo e qualquer elemento dos membros da FAMVet tem o direito de apresentar propostas de alteração e ser esclarecido sobre qualquer questão referente às propostas apresentadas.
6. As propostas de alteração aos presentes estatutos terão obrigatoriamente de ser aprovadas por maioria qualificada de dois terços da totalidade dos membros, na especialidade e posteriormente na generalidade.
7. Considera-se aprovado o projeto de alteração dos estatutos que tenha obtido a maioria qualificada de dois terços da totalidade dos membros.

Artigo 42º

Dissolução

1. A FAMVet só poderá ser extinta por decisão da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito por maioria qualificada de três quartos da totalidade dos membros.
2. Nesta Assembleia Geral serão nomeados liquidatários e organizado o procedimento de liquidação a seguir.
3. Em caso de dissolução, compete à Assembleia Geral deliberar nos termos da lei sobre o destino a dar aos bens da FAMVet.

Artigo 43º

Omissões

A tudo o que não esteja previsto nos presentes estatutos é aplicável a legislação em vigor relativa a AAEE.

Artigo 44º

Disposições transitórias

1. Os presentes estatutos entram em vigor, após a sua aprovação em Assembleia Geral, um dia depois da sua publicação no *Diário da República*.
2. Os presentes estatutos só serão aplicados em pleno após a tomada de posse dos órgãos dirigentes da FAMVet eleitos para o mandato de 2014.